

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 529.240 - SP (2019/0252424-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : RAPHAEL DE SOUZA APARICIO
ADVOGADOS : MERHEJ NAJM NETO - SP175970
DIOGO DE PAULA PAPEL - SP345748
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo, contra decisão de minha relatoria, na qual não conheci do *habeas corpus*, porque substitutivo de recurso próprio, contudo, ao analisar o mérito, concluí que as pretensões formuladas pelos impetrantes encontravam óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, e na legislação penal, sendo manifestamente improcedentes (e-STJ fls. 95/106).

O embargante afirma que *é primário, não se dedica a atividades criminosas, não pertence a nenhuma organização criminosa, além de ter sido preso com pequena quantidade de drogas – 19 (dezenove) gramas de maconha e 7 (sete) pontos de LSD e que não ficou devidamente demonstrado que ele se dedicasse ao crime, tanto é assim, que a pena-base restou fixada no mínimo legal* (e-STJ fl. 111). Desse modo, afirma que não havia óbice à aplicação da causa especial de diminuição de pena, conforme decidido.

Assevera, também, que não foi apresentada fundamentação idônea para manter o resgate de sua reprimenda no regime inicial fechado (e-STJ, fl. 114).

Pugna, assim, pelo recebimento e provimento recursal, com efeito infringente, a fim de que lhe seja aplicado o redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em seu grau máximo e fixado o regime aberto para início de cumprimento da sanção, ou na remota hipótese de manutenção da pena, que seja estabelecido o regime inicial semiaberto para seu início de

cumprimento (e-STJ fl. 115).

É o relatório. **Decido.**

Preliminarmente, cabe esclarecer que o art. 619 do Código de Processo Penal estabelece os seguintes requisitos para a oposição de embargos declaratórios: *Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 2 (dois) dias contado da sua publicação, quando houver, na sentença, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.*

Como se verifica pela leitura do citado dispositivo legal, os embargos aclaratórios demandam fundamentação vinculada à precisa demonstração, pela parte embargante, de que a decisão embargada apresenta um dos vícios expressamente alinhados na norma processual.

No caso em tela, o que o embargante pretende, além do novo cálculo da dosimetria de sua pena, é o abrandamento de seu regime prisional, o que não se admite nesta via recursal, porquanto, *conforme reiterado entendimento desta Corte, é inadequada a pretensão de rejulgamento da causa na via dos embargos de declaração* (EDcl no AgRg nos EAREsp n. 97.444/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 20/2/2015).

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator